



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

# **10º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

CABO FRIO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

**- 2025 -**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**1) O Estado brasileiro tem a forma federativa; assim, conforme a partilha de competências definida pela Constituição de 1988, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) as competências da União são residuais;
- b) as competências dos Estados-membros são enumeradas;
- c) as competências dos Municípios são indicativas;
- d) as competências do Distrito Federal são residuais, enumeradas e indicativas;
- e) as competências da União são enumeradas, residuais e indicativas.

**2) Acerca da partilha de competências definida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em matéria ambiental, é CORRETO afirmar:**

- a) a competência é concorrente, podendo a União e os Estados-membros legislarem sobre a matéria;
- b) a competência é comum, podendo a União, os Estados-membros e os Municípios legislarem sobre a matéria;
- c) a competência é exclusiva, podendo apenas a União legislar sobre a matéria;
- d) a competência é privativa, podendo apenas os Estados-membros legislarem sobre a matéria;
- e) A competência é residual, podendo apenas a União legislar sobre a matéria.

**3) Sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade definido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é CORRETO afirmar:**

- a) é jurisdicional misto, por haver o controle pelo órgão de cúpula do Judiciário e pelo Poder Executivo através do veto;
- b) é político, por haver o controle pelo Poder Legislativo, através da Comissão de Constituição e Justiça e pelo Poder Executivo através do veto;
- c) é político, por haver um órgão com representação dos três Poderes;
- d) é jurisdicional misto, por haver o mecanismo de controle concentrado e o de controle difuso;
- e) é jurisdicional único, havendo a fiscalização abstrata conferida com exclusividade ao órgão de cúpula do Poder Judiciário.

**4) Quanto aos efeitos da decisão no âmbito do controle de constitucionalidade brasileiro, definido na CRFB/88, é CORRETO afirmar:**

- a) no controle pela via de ação direta de inconstitucionalidade, as decisões do Supremo Tribunal Federal produzem efeitos *inter partes*;
- b) no controle difuso de constitucionalidade o processo é objetivo e a decisão sempre produz efeitos *ex nunc*;
- c) no controle concentrado de constitucionalidade as decisões são sempre *ex tunc*;
- d) no controle difuso de constitucionalidade as decisões produzem efeitos *inter partes*.
- e) no controle concentrado de constitucionalidade o processo é subjetivo e qualquer juiz, instância ou tribunal decide produzindo efeitos vinculantes.

**5) Em se tratando de Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) a todos é assegurado o livre exercício de cultos religiosos e garantida, nos termos da lei, a proteção aos locais de culto;
- b) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção política, salvo se as invocar para eximir-se de cumprimento de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei;
- c) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante prévia autorização da autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local;
- d) em caso de iminente perigo, a autoridade competente poderá usar a propriedade particular, assegurada ao proprietário a indenização ulterior, se houver dano;
- e) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

**6) A Constituição da República Federativa do Brasil prevê remédios constitucionais, assinale a afirmativa CORRETA.**

- a) a ação popular tem por objeto a defesa de direitos difusos e pode ser movida pelo cidadão;
- b) a ação civil pública tem por objeto a defesa de direitos transindividuais e pode ser movida pelos cidadãos, associações civis regularmente constituídas nos termos da lei civil, entes políticos da Federação, Defensoria Pública, Ministério Público e partidos políticos com representação no Congresso Nacional;
- c) o mandado de segurança coletivo não está regulamentado, mas pode ser impetrado por qualquer cidadão na defesa de direitos difusos;
- d) o *habeas data* pode ser impetrado para garantir o exercício de direitos fundamentais, reconhecidos pela Constituição, cuja falta de norma regulamentadora impeça que o titular do direito consiga fruí-lo.
- e) a ação civil pública poderá ser movida com exclusividade pelo Ministério Público na defesa de direitos individuais homogêneos, quando não couber a propositura da ação popular.

**7) Formam a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil:**

- a) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- b) o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos;
- c) os Ministérios e as Secretarias Estaduais e Municipais;
- d) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- e) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

**8) A quem compete, nos termos da Constituição, manter relações com os Estados estrangeiros? Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
- b) ao Itamaraty;
- c) ao Ministério das Relações Exteriores;
- d) à União;
- e) ao Presidente da República e aos Governadores dos Estados.

**9) É CORRETO afirmar que a autonomia dos Estados-membros consiste no:**

- a) poder de auto-organização, subordinado ao Presidente da República;
- b) poder de auto-organização, limitado às diretrizes fixadas pelos Ministros de Estado;
- c) poder de autolegislação, sem limitação pelas competências concorrentes previstas na Constituição Federal;
- d) poder de auto-organização, autogoverno, autolegislação e autoadministração;
- e) poder de exercer as suas competências sem a possibilidade de intervenção pelo Governo Federal no caso de grave comprometimento da ordem pública.

**10) A República Federativa do Brasil tem como fundamentos:**

- a) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- b) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- c) o exercício da superior direção da Administração Pública pelo Presidente da República;
- d) a livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- e) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si

### DIREITO CIVIL

**11) Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que NÃO é um elemento essencial da responsabilidade civil:**

- a) Ação ou omissão
- b) Dolo ou culpa
- c) Culpa exclusiva da vítima
- d) Relação de causalidade
- e) Dano

**12) Qual das opções abaixo melhor conceitua a personalidade jurídica?**

- a) A capacidade de uma pessoa física realizar atos da vida civil
- b) A condição que permite a uma entidade ser reconhecida como sujeito de direitos e obrigações
- c) A habilidade de uma pessoa tomar decisões financeiras
- d) A maioridade civil
- e) A obrigação de cumprir leis e regulamentos

**13) Quais são os requisitos de validade de um negócio jurídico?**

- a) Capacidade, objeto lícito, forma prescrita ou não defesa em lei, e ausência de vícios de consentimento
- b) Somente a vontade das partes
- c) Apenas a forma escrita do contrato
- d) A presença de testemunhas e registro em cartório
- e) A aprovação de um juiz

**14) Qual das alternativas abaixo apresenta um exemplo correto de bem infungível?**

**Alternativas:**

- a) Uma barra de ouro
- b) Uma nota de 100 reais
- c) Um carro com placa específica
- d) Um saco de arroz
- e) Uma saca de café

**15) Em relação à responsabilidade dos sócios em uma sociedade limitada, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Os sócios respondem ilimitadamente, com seus bens pessoais, pelas dívidas da sociedade
- b) A responsabilidade dos sócios é apenas pela sua participação nos lucros, não pelas dívidas
- c) A responsabilidade dos sócios é apenas pela administração da empresa, não pelas dívidas
- d) Os sócios não possuem responsabilidade em nenhuma hipótese, pois a empresa possui personalidade jurídica própria
- e) A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

**16) Em relação ao erro ou à ignorância como fundamento para a invalidade do negócio jurídico, qual das alternativas abaixo está CORRETA?**

- a) O erro ou a ignorância sempre acarreta a nulidade absoluta do negócio jurídico
- b) O erro ou a ignorância sobre aspectos acessórios do negócio jurídico podem levar à sua anulação, mesmo que nenhuma das partes suscite a existência do vício
- c) O erro ou a ignorância não afetam a validade do negócio jurídico, mesmo que uma das partes suscite o vício
- d) O erro ou a ignorância sobre a natureza do negócio jurídico, quando essencial, leva à sua anulabilidade
- e) O erro ou a ignorância, mesmo que relevantes, só podem ser alegados por terceiros

**17) Qual das opções abaixo é um exemplo de bem indivisível, de acordo com o Direito Civil brasileiro?**

- a) Um apartamento
- b) Uma quantia de dinheiro
- c) Um lote de grãos de café
- d) Um conjunto de cadeiras
- e) Um estoque de mercadorias

**18) Indique, dentre as alternativas abaixo, aquela que melhor contempla a distinção entre *bens públicos e bens particulares***

- a) Bens públicos são aqueles que pertencem a pessoas físicas, enquanto bens particulares são aqueles pertencentes a pessoas jurídicas
- b) Bens públicos são aqueles de uso comum do povo, como ruas e praças, enquanto bens particulares são aqueles utilizados para atividades econômicas, como lojas e fábricas
- c) Bens públicos são aqueles que pertencem a pessoas jurídicas de direito público interno e são afetados a um fim público, enquanto bens particulares são aqueles que pertencem a pessoas físicas ou jurídicas e não possuem essa afetação
- d) Bens públicos são aqueles que podem ser livremente comercializados, enquanto bens particulares são aqueles que possuem alguma restrição de uso ou alienação
- e) Bens públicos são aqueles que estão sob a posse de qualquer pessoa, enquanto bens particulares são aqueles que estão sob a posse de uma só pessoa

**19) Em relação à *prescrição contra o Poder Público*, qual das seguintes alternativas está **CORRETA**?**

- a) A prescrição contra a Fazenda Pública não se interrompe por qualquer ato ou reconhecimento do direito por parte do devedor
- b) O prazo prescricional contra a Fazenda Pública é sempre de cinco anos, independentemente da natureza do direito
- c) Pretensões contra o Poder Público são imprescritíveis
- d) O prazo prescricional contra a Fazenda Pública pode ser suspenso em determinadas situações previstas em lei
- e) A prescrição contra a Fazenda Pública consuma-se na metade do prazo da prescrição contra os particulares, ante a preponderância do interesse público

**20) Em relação à aplicação do *Princípio da Boa-fé objetiva* nos contratos celebrados com o Estado, assinale a alternativa **CORRETA**:**

- a) A boa-fé objetiva não se aplica aos contratos administrativos, pois o Estado possui prerrogativas que afastam a necessidade de observância desse princípio
- b) Nos contratos com o Estado, apenas o particular deve observar a boa-fé objetiva, pois a Administração está vinculada apenas à legalidade estrita
- c) O princípio da boa-fé objetiva impõe tanto à Administração Pública quanto ao particular o dever de agir com lealdade, honestidade e cooperação em todas as fases do contrato, inclusive na execução e na eventual rescisão contratual
- d) A violação da boa-fé objetiva em contratos com o Estado não pode gerar responsabilização civil a qualquer das partes, ante a supremacia do interesse público
- e) O princípio da boa-fé objetiva limita-se à fase de negociação do contrato, não tendo relevância durante sua execução ou extinção

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**21) Sobre os casos de impedimento e suspeição dos juízes, é **CORRETO** afirmar que:**

- a) Há suspeição do juiz quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
- b) Há suspeição do juiz quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- c) Há impedimento do juiz quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- d) Há impedimento do juiz que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio.
- e) Há impedimento do juiz amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.

22) Segundo Fredie Didier, “*condição da ação é uma categoria criada pela Teoria Geral do Processo, com o propósito de identificar uma determinada espécie de questão submetida à cognição judicial*”. Assinale a alternativa que indica três condições da ação:

- a) Possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e cumprimento dos prazos.
- b) Possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade das partes.
- c) Possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e competência do juiz.
- d) Interesse de agir, legitimidade das partes e competência do juiz.
- e) Interesse de agir, cumprimento dos prazos e competência do juiz.

23) O art. 9º do CPC/2015 estabelece: “*Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida*”. Esta norma é uma decorrência do:

- a) Princípio da duração razoável do processo.
- b) Princípio da publicidade.
- c) Princípio do contraditório e ampla defesa.
- d) Princípio da dignidade da pessoa humana.
- e) Princípio do juiz natural.

24) Considerando os princípios do Direito Processual Civil Brasileiro e os artigos do CPC/2015 deles decorrentes, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) O art. 3º (“*Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito*”) decorre do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- b) O art. 4º (“*As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa*”) decorre do princípio da duração razoável do processo.
- c) O art. 7º (“*É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório*”) decorre do princípio da igualdade processual (paridade de armas).
- d) O art. 11 (“*Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade*”) decorre do princípio da publicidade.
- e) O art. 12 (“*Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusões para proferir sentença ou acórdão*”) decorre do princípio do julgamento preferencial.

25) Sobre a estrutura judiciária nacional, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Cada estado tem o seu próprio Tribunal Regional Federal (TRF).
- b) Cada estado tem o seu próprio Tribunal de Justiça (TJ).
- c) O Tribunal Superior do Trabalho (TST) é a instância superior da justiça comum (estadual e federal).
- d) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é competente para julgar recursos contra as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).
- e) No Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) os juízes de direito são titulares das câmaras (de direito público, de direito privado etc...), enquanto os desembargadores compõem colegiadamente as varas (cível, penal, de família etc...).

26) A Constituição da República protege a coisa julgada, garantindo-a no rol dos direitos fundamentais. Acerca do tratamento da coisa julgada pelo Código de Processo Civil de 2015, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar coisa julgada.
- b) O juiz não resolverá o mérito quando reconhecer a existência de coisa julgada.
- c) Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.
- d) A verdade dos fatos, se estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- e) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

27) Nas palavras de Humberto Theodoro Júnior, “*jurisdição é o poder de julgar e executar, que todo órgão judicial detém; competência são os limites dentro dos quais a jurisdição é exercida por determinado órgão judicial*”. Sobre as regras de competência estabelecidas pelo CPC/2015, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A incompetência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
- b) A competência relativa não se pode modificar pela conexão ou pela continência.
- c) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado.
- d) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente, mas apenas após a prolação da sentença.
- e) Só há conflito de competência quando dois ou mais juízes se declaram incompetentes. Quando, porém, dois ou mais juízes se declaram competentes, não se trata de conflito de competência, podendo a causa ser julgada por qualquer deles.

28) De acordo com a doutrina, recurso é o meio ou instrumento destinado a provocar o reexame da decisão judicial, no mesmo processo em que proferida, com a finalidade de obter-lhe a invalidação, a reforma, o esclarecimento ou a integração. À luz do tratamento que o Código de Processo Civil de 2015 dá aos recursos, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Dos despachos cabe recurso de agravo de instrumento.
- b) O Ministério Público só pode interpor recursos nos processos em que é parte.
- c) A decisão recorrida deve ser integralmente impugnada, não sendo cabível recurso apenas contra parte da decisão.
- d) Apenas uma parte pode interpor recurso por vez; se uma parte já tiver interposto um recurso, a outra deverá aguardar o julgamento deste antes de interpor o seu.
- e) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

29) De acordo com o CPC/2015, a apelação é o recurso cabível contra a sentença e as decisões interlocutórias não impugnáveis por agravo de instrumento. Acerca do recurso de apelação, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A apelação é interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau.
- b) A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento de toda a matéria que compõe o processo, ainda que não tenha sido especificamente impugnada.
- c) O apelado será intimado para apresentar contrarrazões.
- d) O apelado poderá interpor apelação adesiva (recurso adesivo).
- e) A apelação terá efeito suspensivo.

30) Os recursos são mecanismos de controle e revisão de decisões judiciais. À luz do CPC/2015, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial.
- b) Das decisões interlocutórias cabe agravo de petição.
- c) Das decisões interlocutórias cabem embargos à execução.
- d) Da sentença cabe Recurso Especial.
- e) Do acórdão das Turmas Recursais cabe Apelação.